

| | |
|---------------------|---|
| Protocolo nº | 3920/2021 |
| Referência: | Licitação Pregão Presencial nº 39/2021 |

DECISÃO DE JULGAMENTO - Nº 07/2021

Trata-se de pedido de recurso do ato administrativo de decisão durante a sessão de lances do Pregão Presencial nº 39/2021, ocorrida em 06/07/2021, que declarou a Empresa SALLES PRESTADORA DE SERVIÇOS E ENGENHARIA - CNPJ nº 05.304.078/0001-13 – INABILITADA para continuidade do certame, por descumprimento de itens do Edital.

Irresignada, a interessada apresentou recurso tempestivo.

O Pregoeiro, em parecer fundamento e motivado, expôs a corroboração de seu entendimento ao pugnar pela manutenção do recorrente como INABILITADO.

Pois bem, decido.

Compulsando os autos de Pregão Presencial nº 39/2021 e em diligências extraordinárias, bem como em conversa com a Equipe de Apoio, tudo para formar minha convicção de poder discricionário, verifiquei a existência de atos administrativos passíveis de nulidade realizados durante a sessão ocorrida em 06/07/2021, os quais passo a discorrer.

1) Inicialmente, pode-se verificar dos fatos descritos na ATA DE REALIZAÇÃO DO PREGÃO que embora conste que as Empresas: J.V.S. Comercial, COALI Empresa Auxiliar de Coleta de Lixo Ltda. ME e DELTA Limpeza e Conservação Ltda., não apresentaram os itens 7.3.1.5 e 7.5.2. do Edital.



Sobre o item 7.5.2:

7.5.2: Apresentar garantia, nas mesmas modalidades e critérios previstos no caput e § 1º do art. 56 desta Lei, no importe de 1% (um por cento) do valor estimado do objeto da contratação;

Consoante isso, foi relatado, em suma, pela Equipe de Apoio que acompanhou o certame, que várias delas solicitaram a oportunidade de realizar no ato da sessão, o que não foi constado pelo Ilustre Pregoeiro no “espelho” da sessão.

Sobre o item 7.3.1.5:

7.3.1.5: Declaração de idoneidade emitida pelo entidade de classe laboral, atestando que a empresa cumpri com suas obrigações junto a entidade.(sic)

Sobre o item: 7.3.1.4:

7.3.1.4: Declaração de idoneidade emitida pelo entidade de classe Patronal, atestando que a empresa cumpri com suas obrigações junto a entidade.(sic)

Ressalta-se que de uma análise mais acurada dos documentos de credenciamento apresentado pelas empresas participantes, **nenhuma das três participante** apresentou os documentos descritos nos itens **7.3.1.4.** e **7.3.1.5,** ou seja, a Ata não fez constar corretamente todos os motivos que inabilitaram as demais participantes.

2) Quanto a empresa recorrente **SALLES PRESTADORA DE SERVIÇOS E ENGENHARIA,** também de uma análise mais acurada, se verificou que a mesma não apresentou os seguintes documentos constantes do Edital:

7.2.2.3: Prova de regularidade com a Fazenda Municipal(sic);



7.3.1.4: Declaração de idoneidade emitida pelo entidade de classe Patronal, atestando que a empresa cumpri com suas obrigações junto a entidade(sic);

7.3.1.5: Declaração de idoneidade emitida pelo entidade de classe laboral, atestando que a empresa cumpri com suas obrigações junto a entidade(sic);

Parte da celeuma recursal reside no fato que a recorrente teria apresentado, satisfatoriamente, no momento da sessão, uma cópia do documento exigido pelo **item 7.3.1.5** do Edital, e que por sua vez, o Pregoeiro poderia ter suspenso a sessão e diligenciado, a fim de apurar a autenticidade do documento apresentado, junto ao órgão emissor da declaração.

Data vênia, no momento da sessão, o Pregoeiro tenha recebido a declaração de fl. 400 do PP nº 39/2021, como se fosse o previsto no item 7.3.1.5 do Edital, a análise do teor do documento não apresenta o condão de idoneidade da empresa, conforme objetivado pelo instrumento.

Porém, considerando a robustez da argumentação trazida pela recorrente, como já mencionado anteriormente, esta autoridade realizou diligência extraordinária e entrou em contato com a entidade representante da classe trabalhadora e verificou sobre o dito documento e se o mesmo apresentava autenticidade, porém, a mesma asseverou, documentalmente (em anexo), que em momento algum a mesma emitiu o documento conforme exigido pelo Edital do certame.

3) Tudo isso, cumulado aos argumentos elaborados pelo Ilustre Pregoeiro da sua exposição que segue em anexo, mais ao fato do descumprimento de três itens do Edital pela recorrente, não há como atribuir razão a recorrente ou, quiçá, continuar com este procedimento licitatório.

Isto posto:



Decido por manter **INABILITADA** a empresa SALLES PRESTADORA DE SERVIÇOS E ENGENHARIA - CNPJ nº 26.498.095/0001-09, no PREGÃO PRESENCIAL nº 39/2021.

Portanto, exaure-se a partir da intimação desta decisão, as possibilidades recursais administrativas da recorrente, já que a autoridade hierárquica recursal foi realizada neste momento.

Publique-se para que surtam os efeitos legais.

Após a publicação, dê-se continuidade ao certame licitatório, encaminhando-se o processo para parecer jurídico final.

Imbau, 27 de julho de 2021.


DAYANE SOVINSKI RODRIGUES
Prefeita Municipal